[Recensão a] T. JÚDICE GAMITO, Social complexity in Southwest Iberia 800-300 B.C. The case of Tartessos

Autor(es): Alarcão, Jorge de

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45552>

DOI: DOI:https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_29_10

Accessed : 26-Apr-2023 10:46:29

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIX

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1990

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

T. JÚDICE GAMITO, *Social complexity in Southwest Iberia 800-300 B.C. The case of Tartessos*. Oxford, 1988, B.A.R., International Series 439, 296 p., il.

A obra constituiu tese de doutoramento apresentada em Cambridge e reconhecida pela Universidade de Coimbra. A formação académica da autora explica o seu interesse pelos processos de evolução social mais do que pelos estudos tipológicos de cultura material.

Depois de caracterizar geograficamente a área do Sudoeste peninsular, T. Gamito esboça um quadro da zona no Bronze Final. Mais do que analisar a cultura material (embora no cap. 2.1.2. estude a cerâmica brunida e as esteias funerárias alentejanas), interessa-lhe observar a estrutura igualitária de uma sociedade que se baseava na exploração agrária, sociedade dividida em pequenos grupos familiares que viveriam isolados. A dissertação pretende explicar a emergência de príncipes e de estados ou a génese da diferenciação e complexidade sociais, num processo que terá tido as raízes no Bronze Final. Com efeito, os povoados extensos, defendidos e estrategicamente situados, que surgem entre 900 e 700 a. C. (v.g. Coroa do Frade e Outeiro do Circo), a dimensão de algumas necrópoles, as esteias funerárias e até as jóias sugerem que, no Bronze Final, em áreas excepcionalmente ricas, se foi desenvolvendo um poder central hierarquizante que dominava essas zonas e organizava a exploração dos recursos e a divisão do trabalho.

A emergência de príncipes e de “estados” não é processo que possa entender-se sem a análise das influências externas que o Sudoeste sofreu: as de Fenícios e Gregos.

No cap. 2.2.2., a autora propõe-se analisar os vestígios materiais que poderão testemunhar contactos com os Gregos. Considera-se primeiro o escudo circular com recorte em forma de V, que aparece representado em esteias funerárias dos séculos VIII-VI a. C. A autora toma justamente partido pela origem centro-europeia e não grega. Apesar de criticar o tratamento que as esteias funerárias têm tido (“without considering any contextual or social implications”), T. Gamito não vai mais longe do que anteriores estudiosos no exame desse contexto e das implicações sociais dos monumentos em causa.

Em 2.2.1.2. analisam-se os *obeloi*. Seriam, segundo a autora, objectos rituais utilizados em cerimónias litúrgicas em honra de Hera ou depositados em túmulos; neste segundo caso, seriam ainda ofertas a Hera ou Héraclès. Sugere-se que o culto de Hera sobreviveu, no Sudoeste, nos de Prosérpina e Atégina e faz-se uma inventariação, que não parece correcta nem actualizada, das inscrições a esta última divindade. Mesmo admitindo a origem grega dos *obeloi*, não poderão estes ter sido utilizados em cerimónias litúrgicas consagradas a divindades indígenas?

Em 2223. examina-se o problema da escrita do Sudoeste. Após uma revisão das principais teses sobre a cronologia das inscrições e a origem dos caracteres, atribui-se a escrita aos séculos VII-VI a. C. e subscreve-se a tese de uma origem grega.

Finalmente, sintetizam-se os achados de objectos de bronze e de cerâmica provenientes da Grécia e até agora recolhidos no Sudoeste peninsular. Os bronzes são apenas enunciados; não se discute se se trata de objectos normalmente comerciados ou de objectos eventualmente oferecidos como presentes. Apesar de, em diversos passos da obra, a autora insistir na necessidade de reflectir sobre as implicações sociais dos objectos, não tenta, nesta ocasião, aplicar os seus princípios metodológicos. Quanto à cerâmica, inventaria os locais onde se tem encontrado, num quadro de dispersão cronológica. A ausência de qualquer dado estatístico e de uma carta de distribuição torna difícil a correcta interpretação dos achados. Parece dever deduzir-se do quadro que a importação de cerâmicas gregas só se tornou frequente no séc. IV a. C. e que a batalha de Alalia não trouxe nenhuma quebra das exportações gregas, como aliás a autora sublinha.

O cap. 2.2.3. é consagrado à colonização fenícia. Algumas páginas sintéticas mas muito claras sobre a situação política e económica da Fenícia explicam o interesse dos Fenícios pelo mercado peninsular. A localização das feitorias sugere, porém, que este povo não criou relações intensas com a população indígena, isto é, que a aculturação das populações peninsulares pelos Fenícios terá sido reduzida.

Apesar da indiscutível presença dos Fenícios no Sudoeste peninsular, é difícil identificar os artigos que este povo terá introduzido. A presença, no Sudoeste, de objectos provenientes do Oriente, datáveis dos séculos VII e VI a. C., levanta um problema que a autora claramente formula, reconhecendo todavia a impossibilidade de, por enquanto, lhe encontrar uma resposta conveniente. Dificilmente se poderá atribuir aos Fenícios a importação de muitos desses artigos, porque há tipos que não aparecem na Fenícia nem nas feitorias fenícias peninsulares. Terão sido os Gregos os importadores? Terão os Tartéssicos tido os seus próprios comerciantes, navegando pelo menos até à Sicília e à Sardenha, a cujos mercados chegariam os produtos do Oriente?

A impossibilidade de, pelo menos no estado actual dos nossos conhecimentos, identificar claramente os transportadores (Gregos ou Fenícios?) dos objectos orientais justifica o cap. 2.2.4. desta obra; nele, a autora trata dos artigos de origem oriental importados pelo Sudoeste peninsular, independentemente dos seus transportadores. Tais objectos aparecem normalmente em sepulturas; são artigos de luxo, cuja posse era um símbolo ou expressão de importância social e de poder. Como a autora reconhece, nem sempre é fácil distinguir peças genuinamente orientais, de outras orientalizantes, isto é, de imitações fabricadas no Ocidente.

Nesta categoria de artigos orientais ou orientalizantes incluem-se; em primeiro lugar, os “braseros”, datáveis do período que medeia entre os séculos VII e VI a. C. e os séculos IV e II a. C. Objectos deste tipo, curiosamente, só se conhecem no Egipto, na Núbia e no Sudoeste peninsular; não é fácil, como se vê, decidir se foram introduzidos por Gregos e por Fenícios.

Além dos “braseros”, encontram-se jarros de bronze que têm paralelos na ilha de Rodas. A sua cronologia parece coincidir com os séculos VII-VI a. C. Algumas peças assemelham-se a jarros cerâmicos fenícios; outras têm na Etrúria notáveis paralelos. A dualidade dos paralelos dificulta a identificação da origem. Mas, neste caso dos jarros, a situação é complicada ainda pela utilização, como motivos decorativos, de serpentes e

veados que, segundo a autora, apontam para o mundo mitológico dos Celtas, designadamente para o culto de Cemunnos. Talvez se vá longe demais quando se pretende explicar a ausência de chifres no veado que decora o jarro de Huelva e a presença deles no animal do jarro de Mérida: o primeiro veado não teria hastes pelo facto de o jarro ter sido fabricado para um ritual funerário celebrado entre Abril e Junho, quando os veados não têm chifres, o de Mérida teria chifres por ter servido num ritual celebrado no Outono ou no Inverno, época em que os veados têm hastes.

Conclui-se por sugerir, para os jarros, uma origem peninsular tartéssica. A argumentação não é muito clara. Talvez a multiplicidade de referências culturais destes artigos (paralelos em Rodas e na Etrúria, semelhanças com jarros cerâmicos fenícios, influências culturais célticas) seja a razão que leva a autora a atribuí-los aos Tartéssios, em cujo solo se poderão ter fundido tão variadas influências.

Para além das influências gregas e fenícias na Idade do Ferro do Sudoeste peninsular, é necessário considerar as célticas. Na pág. 93 afirma-se que os Gregos já no séc. VII a. C. distinguiram os Celtas, dos outros povos bárbaros. Se não se trata de um lapso de dactilografia, esta afirmação é um erro: com efeito, Heródoto é o primeiro autor que nos fala dos Celtas no mais extremo Ocidente da Europa, onde eram vizinhos dos Cinésios. Avieno ainda não fala de Celtas na Península. Assim, devemos datar dos inícios do séc. V a. C. a chegada dos Celtas ao Sudoeste peninsular.

Parece-nos sumária a análise que T. Gamito faz dos diversos estratos étnicos (que foram também, certamente, estratos culturais e linguísticos) do Sudoeste. Aqui temos certamente um fundo pré-indo-europeu (por um lado, os Cónios ou Cinésios, por outro, os Túrdulos) e uma imigração indo-europeia (primeiro, pré-céltica, depois céltica). A toponímia, a onomástica religiosa ou pessoal, a cultura material hão-de permitir a distinção destes estratos. Assim, Conistorgis pertencerá aos Cónios; Ossonoba, Dippo ou Olisipo, aos Túrdulos; Mirobriga ou Eborá aos Celtas. A coexistência destes diferentes grupos constitui uma das características fundamentais do Sudoeste.

Aos Celtas atribui a autora os escudos com recorte em V e os carros que vemos representados nas esteiras do Sudoeste, bem como as cerâmicas estampilhadas que aparecem em diversas estações alentejanas.

O cap. 2.2.5.5., sobre as formas plásticas do imaginário no Sudoeste peninsular, é uma abordagem sumária e pouco disciplinada do assunto: usam-se elementos arqueológicos de regiões tão diversas como a Andaluzia e o Minho, o Alentejo e Trás-os-Montes; não se examina sistematicamente o seu contexto; não se estabelece a cronologia dos materiais invocados; atribuem-se ao séc. I a. C. inscrições a Endovélco.

No cap. 3, a autora trata de Tartesso. Uma análise sumária da mitologia grega e da do próprio reino de Tartesso permite admitir um reino poderoso, impressionante pela riqueza dos seus metais. A procura da prata, para consumo interno e para troca com mercadorias do Mediterrâneo oriental, parece ter sido o motor da economia tartéssica.

A localização de Tartesso permanece um enigma. A autora admite, como hipótese, a sua situação em Huelva. As minas de Rio Tinto ficariam no interior do seu território. Assim, podemos admitir, para o reino de Tartesso, um diâmetro de 70 quilómetros e uma área de cerca de 3850 km². Nesta área, seria possível a coexistência das sete cidades em que, segundo a mitologia, o rei Habis dividiu o território. Posteriormente, a superfície do “reino” poderia ter aumentado para 7864 km².

Se os cálculos da autora são mera hipótese, este exercício de análise espacial não deixa de apresentar interesse; mas, sem uma carta arqueológica regional dos achados

atribuíveis à primeira Idade do Ferro, a hipótese não passa de ideia a exigir paciente e disciplinada investigação.

O “reino” de Tartesso, tal como a autora o define, corresponde sensivelmente à actual província de Huelva. O seu desenvolvimento económico exigia, porém, domínio de áreas periféricas, domínio esse que se foi constituindo ou reforçando desde os inícios do séc. VI a. C. A autora imagina, nas áreas periféricas, centros urbanos que funcionariam como recolectores da produção regional e como centros de troca com Tartesso, cidade para a qual exportariam a produção e donde se abasteceriam daqueles artigos, em grande parte de luxo, que o artesanato local não produzia.

A distribuição dos artigos de luxo, difundidos por mecanismos comerciais ou trocados sob a forma de presentes entre príncipes, pode indicar onde é que se localizariam os centros regionais do poder, da produção e do comércio, subsidiários de Tartesso ou relacionados com esta cidade. Tal distribuição sugere, como uma das áreas importantes nos séculos VI e V a. C., a zona entre os cursos do Guadiana e do Tejo; posteriormente, o centro de gravidade deslocou-se para Cástulo e para a costa levantina, onde surgiu um dos núcleos mais activos da cultura ibérica.

No que respeita a Portugal, a carta dos sítios ocupados na Idade do Ferro (mapa 17) sugere, segundo a autora, uma concentração de lugares principais na área de Santa Eulália (entre Eivas e Monforte). Lugares importantes seriam Azougada, Safarejo e Alcácer ao Sal. Talvez se devesse acrescentar a área de Ourique e discutir a localização de Conistorgis, que os textos literários nos apresentam como uma das cidades mais importantes do Sudoeste.

Falta nesta obra uma discussão sistemática da periodização da Idade do Ferro. Talvez, pelo confronto e cruzamento de referências dispersas pela tese, possamos reconstituir o pensamento da autora. A primeira Idade do Ferro decorreria de 800 a 500 a. C. A segunda iria de 500 a 200 a. C. Outros autores sugerem a existência de um hiato no século V e situam aqui o trânsito da primeira para a segunda Idade do Ferro.

O cap. 4 é consagrado ao desenvolvimento económico e cultural das “áreas periféricas”, de 500 a 200 a. C. Talvez se possa falar de “áreas periféricas” de Tartesso nos séculos VI e V a. C.; mas a decadência da cidade e do reino no séc. V ou IV condena o uso da expressão: nada pode ser “periférico” de um lugar central que já não existe.

Voltanto ao mapa 17, a autora não explicita os critérios que orientaram a elaboração da carta. Com que argumento tal ou tal sítio foi incluído neste mapa do Sudoeste? Porque nele ocorrem cerâmicas gregas ou campanienses? Porque neles se encontram objectos de ferro ou bronze atribuíveis ao período de 500 a 200 a. C?

O assunto poderia ter sido tratado no cap. 4.2., consagrado à cultura material do Sudoeste na segunda Idade do Ferro, capítulo que, aliás, constitui uma abordagem extremamente sumária do tema.

Para exemplificar a organização sócio-política e sócio-económica de uma área periférica de Tartesso, a autora apresenta o “caso de Santa Eulália”. A área que se estudou não tem fronteiras naturais; é uma zona artificial de 809,25 km² entre Segó via (Eivas) e Vaia-monte (Monforte), escolhida por razões pragmáticas.

Uma breve caracterização geográfica precede a explicação da estratégia utilizada na batida de campo. Esta conduziu à identificação de 12 estações inéditas da Idade do Ferro, que vieram somar-se às 4 já conhecidas. Levantamentos topográficos e análises da cobertura aero-fotográfica permitiram hierarquizar as estações, segundo a superfície ocupada por cada uma delas: a maior, Vaia-monte, tem 7,88 hectares; a menor, Malhada da Safra,

0,26. Segóvia, embora venha em quarto lugar quanto à área, parece todavia preceder as outras, em importância: isso se deduz dos materiais recolhidos, da frequência de ossos de veado (que testemunham o exercício da caçada por uma “élite”) e da existência de um edifício amplo que a autora interpreta como residência senhorial, edifício de que as outras estações não apresentaram, até agora, vestígios.

As inter-relações dos lugares habitados permitem definir três grupos, em tomo de Vaiamonte, de Segóvia e de Ruivo; os dois primeiros parece terem desenvolvido actividades económicas complementares, explorando diferentes recursos naturais: a agricultura terá sido a actividade fundamental de Vaiamonte, enquanto Segóvia se terá dedicado principalmente à metalurgia.

Num breve mas interessante ensaio de arqueologia espacial, a autora estuda, para além da hierarquia dos sítios e das suas relações, a população provável de cada um e a actividade económica da área. A tentativa de reconstituição da actividade agrícola não tem grande base de apoio e o recurso à informação etnográfica parece-nos ter sido mal orientado, dado que a análise das explorações latifundiárias modernas poderá ser útil para o entendimento da vida rural na época romana, mas não para a compreensão dos sistemas de exploração da terra na Idade do Ferro. Para a actividade pastoril ou para a caça, o exame dos vestígios osteológicos encontrados forneceu bases mais seguras de dedução. As conclusões sobre a actividade metalúrgica apoiam-se em bases também um pouco mais sólidas. Alguns objectos de bronze, cerâmica e vidro são utilizados na tentativa de reconstituir as relações comerciais. Em resumo, o caso de Santa Eulália é uma tentativa que a autora faz para exemplificar o que poderão ter sido a organização social e a actividade económica das comunidades do Ferro no Sudoeste.

Um dos objectivos básicos desta obra foi demonstrar e explicar a progressiva estratificação das sociedades do Sudoeste na Idade do Ferro, com a consequente apropriação dos meios de produção por “elites”. Presente ao longo de toda a obra, esta ideia volta a ser claramente reafirmada no cap. 5, que constitui a conclusão da tese. O crescimento demográfico, a competição interna e o estímulo vindo de fora, este último arqueologicamente testemunhado pelas importações, terão sido os factores que contribuíram para a estratificação e hierarquização do Sudoeste. Tartesso terá, durante algum tempo, dominado a área; tendo drenado em seu proveito os recursos de áreas periféricas, contribuiu, porém, para o progresso dessas mesmas áreas, cada uma com a sua personalidade própria, como se pode demonstrar pela análise dos monumentos e dos rituais funerários.

Para a história do Sudoeste peninsular, esta obra representa um contributo de bastante mérito, que evidencia, porém, a escassez dos conhecimentos que possuímos sobre a segunda Idade do Ferro no Sul de Portugal.

JORGE DE ALARCÃO